

Consultor — Gestão de Projetos — Projetos de reformulação de processos para a Administração Pública, coordenação de equipas para o diagnóstico de situação, identificação de requisitos e produção de cadernos de encargos, avaliação de propostas, gestão de projetos de índole interministerial (Justiça/Finanças/Segurança Social/Saúde/Administração Interna), monitorização de qualidade de serviço, gestão da mudança e comunicação. Destaca-se em particular o envolvimento em todas as etapas do projeto “Cartão de Cidadão”, tendo assumido a coordenação operacional do Projeto na vertente funcional. Neste âmbito, assumiu ainda o redesenho e articulação do processo de qualificação de moradas (IRN/CTT) e integrou, em representação da AMA, o Grupo Coordenador Geral do Plano Nacional Identidade Segura (PNID), uma iniciativa do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.

Outros projetos:

Banco Alimentar Contra Fome (1991): Coordenador do projeto fundador do 1.º Banco Alimentar Contra a Fome em Portugal (Lisboa)

TVI — Televisão Independente (1992/6): Gestor do Sistema de Informação da Direção de Informação

Gestor e *Startupper* de projetos inovadores no âmbito das tecnologias de informação em diferentes empresas (Grupo Forum, Infordesporto/PT Multimédia)

209227207

Despacho n.º 322/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de secretária pessoal do meu gabinete, Fernanda Maria Antão Rodrigues Caria.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 26 de novembro de 2015.

28 de dezembro de 2015. — A Secretária de Estado da Justiça, *Anabela Damásio Caetano Pedroso*.

Nota curricular

Dados Pessoais

Nome: Fernanda Maria Antão Rodrigues Caria

Nacionalidade: portuguesa

Data de nascimento: 6 de fevereiro de 1972

Habilitações Académicas

12.º ano de escolaridade

Formação Profissional

Gestão Documental Smartdocs V3 — Utilização em 2006
Diversos módulos de informática na ótica do utilizador: Microsoft Word; Microsoft Access; Outlook; Internet

Experiência Profissional

De 30 de outubro de 2015 a 25 de novembro de 2015 — designada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico-administrativo no Gabinete da Secretária de Estado da Justiça do XX Governo Constitucional;

De 30 de dezembro de 2013 a 29 de outubro de 2015 — designada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico-administrativo no Gabinete do Secretário de Estado da Justiça do XIX Governo Constitucional;

De 1 de agosto a 29 de dezembro de 2013 — designada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico-administrativo no Gabinete do Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça do XIX Governo Constitucional;

De 31 de outubro de 2009 a 29 de novembro de 2010 — secretária pessoal do Secretário de Estado da Justiça do XVIII Governo Constitucional;

De 1 de junho de 2005 a 30 de outubro de 2009 — secretária pessoal do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça do XVII Governo Constitucional;

De 1 de junho de 2001 a 30 de maio de 2005 — contratada ao abrigo da parte final do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho, para os gabinetes dos membros do Governo na área da Justiça, para o desempenho de funções de apoio técnico, nomeadamente funções de tratamento informático, documental, legislativo e de expediente;

De 15 de fevereiro de 2000 a 30 de maio de 2001 — contratada ao abrigo da parte final do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho, para auxiliar administrativa junto do Gabinete do Se-

cretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça do XIV Governo Constitucional;

De 1 de outubro de 1991 a 14 de fevereiro de 2000 — 3.ª caixeira na empresa Alliance Unichem, empresa multinacional distribuidora de especialidades farmacêuticas;

De 1 de outubro de 1990 a 30 de setembro de 1991 — praticante de ajudante técnico de farmácia, na farmácia Ziller, em Lisboa.

209227118

Despacho n.º 323/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *a*), do n.º 1, do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como chefe do meu gabinete, o licenciado Tiago Pereira da Silva Abade.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 1 de dezembro de 2015.

28 de dezembro de 2015. — A Secretária de Estado da Justiça, *Anabela Damásio Caetano Pedroso*.

Nota Curricular

Dados biográficos:

Nome: Tiago Pereira da Silva Abade

Data de nascimento: 15.10.1977

Formação académica:

Mestrando em Direito Administrativo e Contratação Pública pela Universidade Católica de Lisboa.

Conclusão da fase curricular do Mestrado em Direito Administrativo e Contratação Pública na Universidade Católica de Lisboa, com média de 15 valores, em junho 2008.

Curso de Técnicas de Negociação pelo ESADE — Law & Business School — Barcelona, 18 valores, 2008.

Curso de Legística e da Ciência da Legislação, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2006.

Pós-Graduado em Gestão e Fiscalidade, pelo IDEFE/ISEG, Instituto para o Desenvolvimento de Estudos Económicos Financeiros e Empresariais do Instituto Superior de Economia e Gestão, com média final de 14 valores, de 2002 a 2003.

Especialista em Direito Fiscal pela Westfälische Wilhelms-Universität Münster.

Alemanha, International Taxation, Summer Course, classificação final de Bom, 14 valores, 2001.

Licenciado em Direito, pela Universidade Lusíada de Lisboa, em 2001.

Percurso profissional:

PwC (PricewaterhouseCoopers), Manager

Manager para a área de Governo e Setor Público tendo colaborado em inúmeros projetos de estratégia do apoio à internacionalização das empresas portuguesas e de atração de IDE.

Jurista da PwC nas matérias respeitantes a procedimentos de contratação pública, trabalhando em inúmeros projetos realizados para a Comissão Europeia — DG Regio, nomeadamente, entre outros, no Golden Book of Procurement e na avaliação da implementação da estratégia europeia de Eprocurement.

Tax Manager — Área de Corporate Income Tax, entre 2011 e 2014, trabalhando e reportando diretamente ao Tax Lead Partner da PwC.

Coordenador dos projetos de apoio ao Empreendedorismo da PwC desde 2013, nomeadamente da iniciativa “PwC Start Up Portugal — One million Fund”.

Formador em ações de formação em modelos de contratação pública e apoio à internacionalização.

Orador convidado em inúmeras palestras e seminários relacionados com internacionalização de empresas, contratação pública e direito fiscal.

Assessor jurídico do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Prof. Dr. António Mendonça, até 2010.

Membro da equipa que procedeu à negociação com a Troika do Programa de Apoio Económico e Financeiro (PAEF);

Nestas funções foi corresponsável pela coordenação dos procedimentos de contratação pública dos serviços tutelados e respetivo contencioso administrativo, assim como pela produção legística do Ministério;

Membro da comissão de acompanhamento do Código dos contratos Públicos, encarregue do acompanhamento e redação de alterações ao Código dos Contratos Públicos;

Nesta qualidade foi corresponsável pela coordenação da transposição de Diretivas relacionadas com o Contencioso Administrativo e Contratação Pública;

Corresponsável pela coordenação do contencioso do Ministério com a Comissão Europeia.

Assessor jurídico dos Secretários de Estado da Justiça, Dr. João Correia e do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça Dr. Conde Rodrigues, de 2005 a 2010.

Responsável pela elaboração e acompanhamento dos procedimentos de contratação do Ministério da Justiça dos serviços tutelados e da Unidade de Compras do Ministério;

Membro do grupo de trabalho que acompanhou a proposta de alteração ao Código dos Contratos Públicos;

Corresponsável pela redação do relatório de avaliação da implementação do mapa judiciário;

Corresponsável pela coordenação do contencioso administrativo do Gabinete e do Contencioso dos serviços tutelados, bem como pelos procedimentos de contratação pública dos serviços tutelados;

Corresponsável pelas matérias financeiras do Gabinete e dos serviços tutelados.

Consultor Fiscal, área do Corporate Tax e Public Services, Pricewaterhousecoopers, de 2003 a 2005, aconselhamento de empresas de aplicação das regras de tributação de IRC a clientes da área de *Insurance* e *Media*.

Advogado, fiscalidade, com estágio profissional na sociedade Saraiva Lima & Associados, de 2001 a 2003.

209227289

Despacho n.º 324/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como adjunta para exercer funções no meu gabinete, a mestra Sofia Margarida Baptista Cruz de Carvalho e Campos Miranda, técnica superior do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

2 — A repartição dos encargos com a remuneração da designada é efetuada nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 1 de dezembro de 2015.

28 de dezembro de 2015. — A Secretária de Estado da Justiça, *Anabela Damásio Caetano Pedrosa*.

Nota curricular

Dados biográficos

Nome: Sofia Margarida Baptista Cruz de Carvalho e Campos Miranda

Data de nascimento: 12 de março de 1973

Naturalidade: freguesia de São Jorge de Arroios, concelho de Lisboa

Formação académica

Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, concluída em 1996.

Mestrado em Administração e Gestão de Empresas MBA, com especialização em Gestão de Informação da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, concluída em 2001.

Formação complementar

Programa de Formação em Gestão Pública (FORGEP).

Frequência do programa de Doutoramento em Gestão, no Instituto Superior de Economia e Gestão (Universidade Técnica de Lisboa), no ano letivo 2009/2010. Conclusão da parte curricular.

Experiência profissional

De 01.2013 a 11.2015 exerceu funções como Coordenadora do Gabinete de Controlo de Gestão e Relações Externas do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P. (IRN, I. P.);

De 07.2011 a 12.2012, exerceu funções de assessoria técnica ao Conselho Diretivo do IRN, I. P.;

De 2006 a 06.2011, no cargo de Adjunta do Gabinete da Secretária de Estado da Modernização Administrativa, em comissão de serviço;

De 2005 a 2006, exerceu funções, em regime de requisição ao Centro de Gestão da Rede Informática do Governo, no Gabinete da

Coordenadora da Unidade de Coordenação para a Modernização Administrativa;

Em 2005, no cargo de Adjunta do Gabinete da Secretária de Estado da Administração Pública;

De 2004 a 2005, no cargo de Adjunta do Gabinete da Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança;

De 2002 a 2004, no cargo de Diretora de Organização e Gestão de Relacionamento, do Departamento de Organização e Estudos do IGFSS, I. P., em comissão de serviço;

Em 2002, técnica superior no Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.;

De 1996 a 2002, como *Consultant Senior Consultant*, na Ernst & Young/CAP GEMINI.

209227264

Centro de Estudos Judiciários

Aviso n.º 170/2016

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do Diretor de Centro de Estudos Judiciários, de 09 de dezembro de 2015, ao abrigo no n.º 4 do artigo 281.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, foi prorrogada a licença sem remuneração à trabalhadora Edite Maria Cardoso Condez, assistente técnica, até 16 de junho de 2016.

22 de dezembro de 2015. — O Diretor do Departamento de Apoio Geral, *Adelino V. Pereira*.

209218768

Deliberação n.º 5/2016

Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, de 24 de novembro de 2015.

Os Coordenadores Regional de formação, Juizes Conselheiros Dr.ª Teresa Maria Sena Ferreira de Sousa e Dr. Carlos Luis Medeiros de Carvalho, findam o regime de acumulação de funções em 25 de novembro de 2015.

27 de novembro de 2015. — O Diretor do Departamento de Apoio Geral, *Adelino Vieira Pereira*.

209161557

Deliberação n.º 6/2016

Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, de 24 de novembro de 2015.

Licenciada Anabela Ferreira Alves e Russo, Juíza Desembargadora, nomeada para exercer, no Centro de Estudos Judiciários, em regime de acumulação, pelo período de três anos, renovável, sem redução de serviço, as funções de Coordenadora Regional, na área de jurisdição do Tribunal Central Administrativo do Sul, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 84.º da Lei n.º 2/20008, de 14 de janeiro, com efeitos a partir de 25 de novembro de 2015.

27 de novembro de 2015. — O Diretor do Departamento de Apoio Geral, *Adelino Vieira Pereira*.

209161702

Direção-Geral da Política de Justiça

Aviso n.º 171/2016

Recrutamento de um Assistente Técnico (m/f), para o exercício de funções em regime de mobilidade na categoria, para a Divisão de Gestão de Recursos Materiais e Financeiros da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

Torna-se público que, a Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça pretende recrutar um Assistente Técnico (m/f), com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, para o exercício de funções na Divisão de Gestão de Recursos Materiais e Financeiros da mesma Direção-Geral, em regime de mobilidade na categoria, nos termos do disposto no artigo 92.º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, de acordo com os requisitos, caracterização e perfil a seguir discriminados:

I — Requisitos de admissão:

a) Ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;

b) Ser detentor/a da carreira/categoria de Assistente Técnico;